



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

1

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO
DE PATOS**

Equipe de Correição: Isêlma Maria de Souza Rodrigues (Secretária), Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Francisco Carlos Firmino de Sousa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Maria Elizabete dos Santos Melo, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Valdevina Félix da Costa Pereira, Adalcídio Pereira Júnior e Zirley Maria Bezerra.

Jurisdição da Unidade de Trabalho	Água Branca, Areia de Baraúnas, Assunção, Cacimba de Areia, Cacimbas, Catingueira, Condado, Desterro, Emas, Imaculada, Junco do Seridó, Juru, Livramento, Mãe d'Água, Malta, Maturéia, Passagem, Patos, Quixaba, Salgadinho, São José de Espinharas, São José do Bonfim, São José do Sabugi, São Mamede, Santa Luzia, Santa Terezinha, Tenório, Taperoá, Teixeira, Várzea e Vista Serrana
Normativo de criação	Lei nº 7.729, de 16.01.1989
Data de instalação	25.05.1989
Data da última correição	1º a 03.08.2016
Período de correição	06 e 07.06.2017

Aos 06 de junho de 2017, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador-Corregedor WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO, foi realizada a abertura dos trabalhos correicionais da Vara do Trabalho de Patos, relativos



ao período de 1º.08.2016 a 05.06.2017, em cumprimento ao disposto no inciso I do artigo 25 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 011/2017, publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico do E. Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região e enviado por correio eletrônico à Secretaria da Vara.

O Desembargador Corregedor foi recebido pelo Ex.^{mo} Sr. Juiz Titular da Vara, Dr. Carlos Hindenburg de Figueiredo, pelo Juiz Substituto Permanente, Dr. Fernando Luiz Duarte Barboza, pelo Diretor de Secretaria e demais servidores lotados na Unidade Judiciária.

Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos sistemas e-Gestão, Hórus, SAOPJE e SUAP, referentes ao período de 1º.07.2016 a 30.04.2017 (10 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrado Titular

Juiz Titular	Titularidade na Unidade
Carlos Hindenburg de Figueiredo	19.09.2014 – ATO TRT GP Nº 438/2014

1.1.1 Afastamentos de Jurisdição – Juiz Titular (Fonte: SUAP)

Motivação	Normativo	Período
Capacitação	Protocolo TRT GP Nº 14431/2016	20.08.2016 a 20.08.2016
Capacitação	Protocolo TRT GP Nº 14431/2016	26.08.2016 a 26.08.2016
Férias	Protocolo TRT GP Nº 24871/2015	12.09.2016 a 11.10.2016
Capacitação	Protocolo TRT GP Nº 18746/2016	18.10.2016 a 21.10.2016
Convocação TRT	Protocolo TRT GP Nº 03020/2017	02.02.2017 a 02.02.2017
Férias	Protocolo TRT GP Nº 16788/2016	13.03.2017 a 11.04.2017
Capacitação	Protocolo TRT GP Nº 3459/2017	22.03.2017 a 24.03.2017
Convocação TRT	Protocolo TRT GP Nº 6083/2017	25.04.2017 a 25.04.2017



1.1.2 Magistrado Substituto fixo

Registre-se, por oportuno, que o Juiz Substituto Permanente, Fernando Luiz Duarte Barboza, foi removido, a pedido, do TRT 16ª Região para este Regional, por meio do ATO TRT GP Nº 148/2017, publicado no Diário Administrativo Eletrônico em 28.04.2017, e teve concedido prazo para trânsito até o dia 07.05.2017 - ATO TRT SCR Nº 046/2017. Além disso, foi designado para atuar, **em caráter excepcional e provisório**, na Vara do Trabalho de Guarabira (ATO TRT SCR N.º 050/2017), sem acumulação com a designação prevista no ATO TRT SCR N.º 046/2017. Assim, a atividade jurisdicional do nominado magistrado não se insere no período correicionado.

1.2 Assiduidade dos Magistrados - Titular e Substitutos

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria ou manifestações dessa natureza na Ouvidoria, em face do Magistrado Titular e dos Juízes Substitutos que atuaram na Vara durante o período correicionado.

1.3 Servidores lotados na Unidade (Fonte: CAPPE)

A Vara do Trabalho de Patos conta, atualmente, com **19** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Amaury Soares de Lacerda	Técnico Judiciário - Assistente de Diretor	17.09.2014
Ana Christina Carneiro Cavalcanti	Técnico Judiciário - Assistente IV	07.12.2015
Célia Maria Medeiros da Nóbrega	Analista Judiciário – Assistente de Diretor	12.12.1990
Diana Maria Soares Machado	Analista Judiciário	18.07.2014
Elza Betânia Barbosa Lira	Técnico Judiciário – Assistente IV	1º.02.2012
Fábio de Albuquerque Cavalcanti	Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador Federal	05.04.2010
Fernanda Medeiros Wanderley	Analista Judiciário – Assistente de Juiz Titular	06.12.2016
Guttemberg Pereira de Farias	Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador Federal	02.12.2013
Iaci Dantas da Nóbrega	Técnico Judiciário – Assistente IV	25.06.2014



Ivaldete Félix Alencar	Técnico Judiciário - Assistente II	12.12.1990
João Paulo Filho	Técnico Judiciário	1º.01.2010
José Arlan Parente de Assis	Analista Judiciário - Assistente IV	05.07.2004
José Peregrino Montenegro Pires Sobrinho	Técnico Judiciário	12.12.1990
Maria da Conceição Henrique de Oliveira	Técnico Judiciário	26.05.2015
Marlene Leandro Soares	Técnico Judiciário	12.12.1990
Orácio Rufino da Silva	Técnico Judiciário	12.12.1990
Sebastião Félix de Oliveira Sobrinho	Técnico Judiciário	06.10.2008
Severino dos Ramos da Silva Nery	Técnico Judiciário - Diretor de Secretaria	30.09.2014
Zuleide Pereira de Medeiros	Técnico Judiciário	27.08.2004

Quanto à forma de trabalho, segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade adota a divisão de tarefas por fase processual, no SUAP e no Pje.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a Vara do Trabalho de Patos contabilizava, em 30.04.2017, um acervo processual de **3.057** processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	1.538
Fase liquidação	149
Fase de execução	1.332
Cartas precatórias e de ordem	38

2.1 Fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

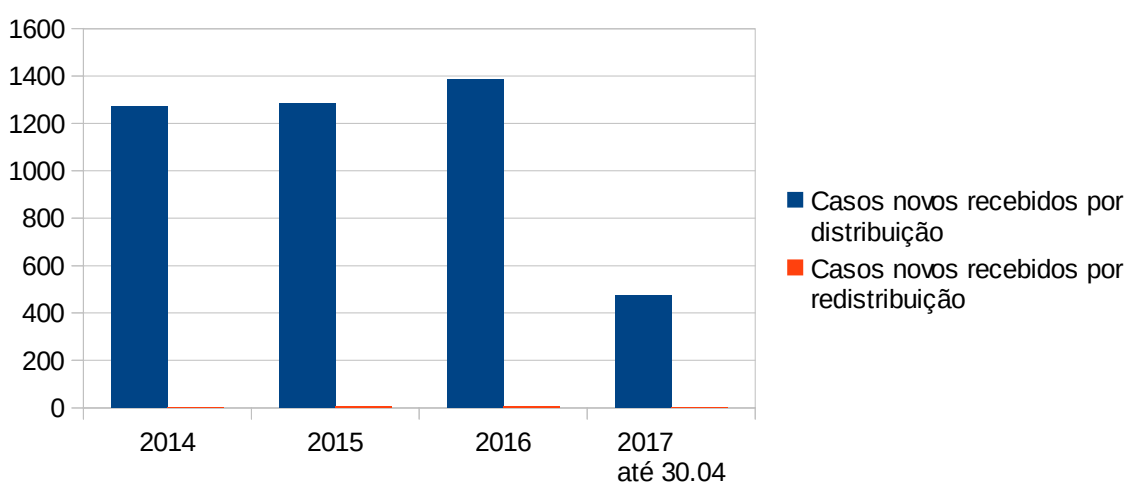
2.1.1 Casos novos

Em relação ao último triênio, a Unidade Judiciária apresenta a seguinte movimentação processual:



Item	2014	2015	2016	2017 até 30.04
Casos novos recebidos por distribuição	1.273	1.285	1.384	476
Casos novos recebidos por redistribuição	1	5	7	1
TOTAL	1.274	1.290	1.391	477

Desse acervo, são processos do tipo “tramitação preferencial”: no exercício de 2014, **569**; em 2015, **500**; em 2016, **473**; e em 2017, **211** processos (até 30.04).



2.1.2 Pendentes de solução (Fonte: e-gestão)

A realidade de movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2016	30.04.2017
Aguardando a 1ª sessão de audiência	162	214	252	336
Aguardando o encerramento da instrução	202	375	271	243
Aguardando prolação de sentença	57	52	56	51
Total	421	641	579	630



2.1.3 Pendentes de finalização (Fonte: E-Gestão)

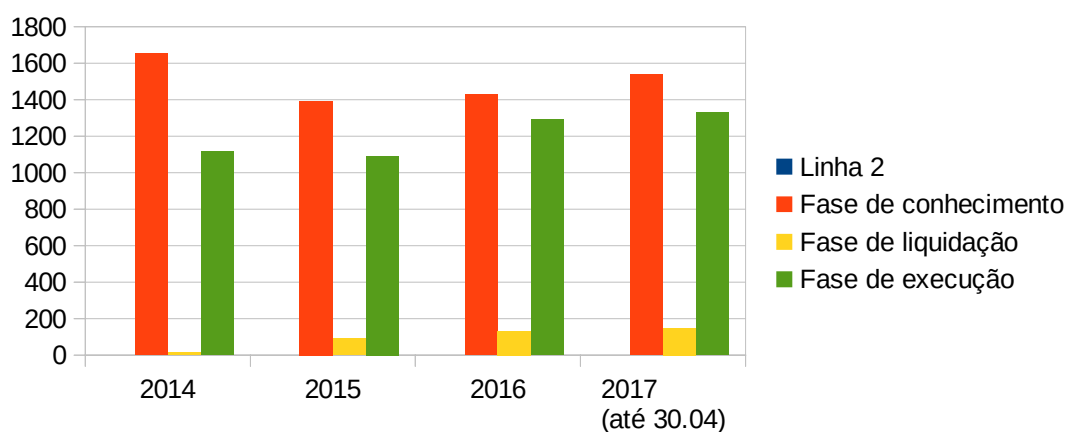
Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, muito embora já tenham recebido uma decisão, os cálculos ou satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de impulso processual.

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

Item	2014	2015	2016	2017 (até 30.04)	Variação (%)		
					2014/2015	2015/2016	2016/2017
Fase de conhecimento	1.654	1.393	1.429	1.538	- 15,77%	2,58%	7,62%
Fase de liquidação	14	91	133	149	550%	46,15%	12,03%
Fase de execução	1.118	1.091	1.292	1.332	- 2,41%	18,42%	3,09%





3 PRODUTIVIDADE DA UNIDADE

3.1 Panorama das audiências

A Unidade realiza audiências de segunda-feira a quinta-feira e, eventualmente, às sextas-feiras. Também realiza pautas extras, quando necessário, segundo o Diretor de Secretaria.

As últimas audiências agendadas em processos do rito sumaríssimo e do rito ordinário foram:

Sumaríssimo	Ordinário
*27.06.2017	02.08.2017**

* 0000532-60.2017.5.13.0011- ajuizamento em 16.05.2017

** 00000591-48.2017.5.13.0011 – ajuizamento em 25.05.2017

3.1.1 Processos aguardando inclusão em pauta

A Unidade apresenta 37 processos pendentes de inclusão em pauta, inclusive processos do rito sumaríssimo:

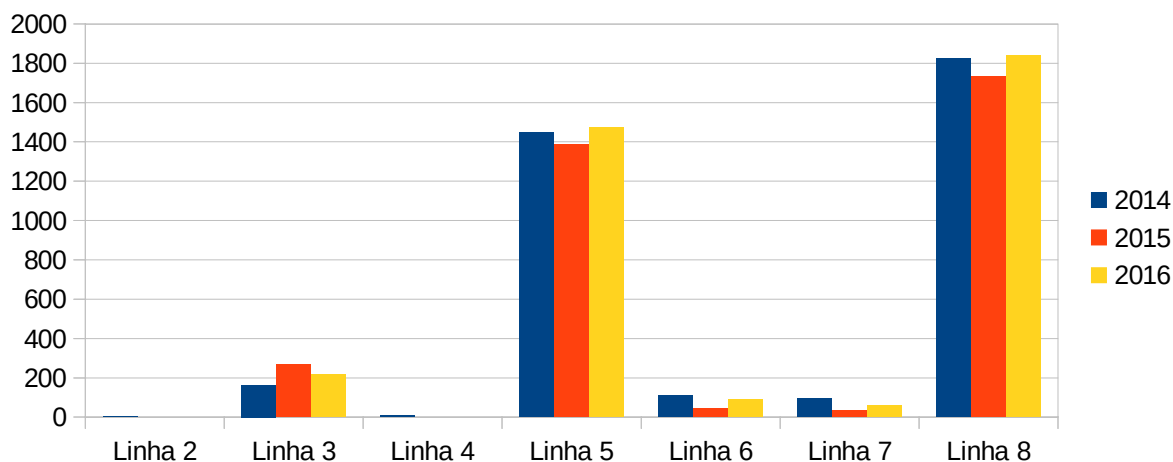
Processos	Ajuizamento
RTSum 0000513-54.2017.5.13.0011	07.05.17
RTSum 0000529-08.2017.5.13.0011	15.05.17
RTOrd 0000552-51.2017.5.13.0011	22.05.17
RTOrd 0000553-36.2017.5.13.0011	22.05.17
RTOrd 0000554-21.2017.5.13.0011	22.05.17
RTOrd 0000555-06.2017.5.13.0011	22.05.17
RTOrd 0000556-88.2017.5.13.0011	22.05.17
RTOrd 0000576-79.2017.5.13.0011	25.05.17
RTOrd 0000577-64.2017.5.13.0011	25.05.17
RTOrd 0000580-19.2017.5.13.0011	25.05.17
RTOrd 0000595-85.2017.5.13.0011	26.05.17
RTOrd 0000596-70.2017.5.13.0011	26.05.17
RTOrd 0000597-55.2017.5.13.0011	26.05.17
RTOrd 0000598-40.2017.5.13.0011	26.05.17
RTOrd 0000599-25.2017.5.13.0011	26.05.17



RTOrd 0000600-10.2017.5.13.0011	29.05.17
.RTOrd 0000601-92.2017.5.13.0011	26.05.17
RTOrd 0000603-62.2017.5.13.0011	26.05.17
RTOrd 0000605-32.2017.5.13.0011	26.05.17
RTOrd 0000612-24.2017.5.13.0011	30.05.17
RTOrd 0000609-69.2017.5.13.0011	30.05.17
RTOrd 0000613-09.2017.5.13.0011	30.05.17
RTOrd 0000614-91.2017.5.13.0011	30.05.17
RTOrd 0000616-61.2017.5.13.0011	31.05.17
RTOrd 0000619-16.2017.5.13.0011	31.05.17
RTOrd 0000611-39.2017.5.13.0011	30.05.17
RTSum 0000620-98.2017.5.13.0011	31.05.17
RTSum 0000622-68.2017.5.13.0011	31.05.17
RTSum 0000623-53.2017.5.13.0011	31.05.17
RTSum 0000624-38.2017.5.13.0011	31.05.17
RTSum 0000625-23.2017.5.13.0011	31.05.17
RTSum 0000626-08.2017.5.13.0011	31.05.17
RTOrd 0000627-90.2017.5.13.0011	31.05.17
RTOrd 0000628-75.2017.5.13.0011	1º.06.17
RTOrd 0000629-60.2017.5.13.0011	02.06.17
RTOrd 000632-15.2017.5.13.0011	02.06.17
RTOrd 0000633-97.2017.5.13.0011	02.06.17
RTOrd 0000635-67.2017.5.13.0011	03/06/17

3.1.2 Audiências realizadas (Fonte: e-Gestão)

Item	2014	2015	2016
Inicial	2	-	-
Instrução	163	268	216
Julgamento	11	-	-
Una	1446	1386	1472
Conciliação conhecimento	108	45	92
Conciliação execução	95	33	60
TOTAL	1825	1732	1840



Durante o período correicionado, foram convertidos em diligência **95 processos**, dos quais **61** para prolação de sentença líquida.

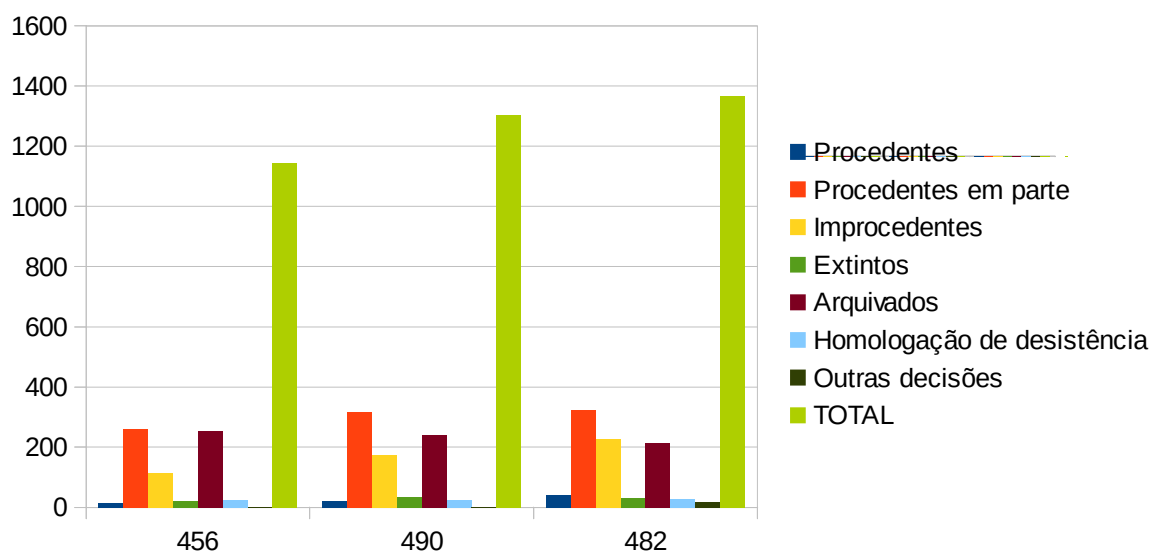
3.1.3 Audiências adiadas *sine die* (Fonte: PJe)

Dos processos submetidos à análise correicional, encontram-se fora de pauta:

Processo	Justificativa
0000501-74.2016.5.13.00 -11	Aguardando cumprimento de CPI
0000277-39.2016.5.13.00 - 11	Aguardando cumprimento de CPI
0001275-07.2016.5.13.00-11	Aguardando cumprimento de CPI
0001451-83.2016.5.13.00-11	Aguardando realização de perícia
0131318-66.2015.5.13.00-11	Aguardando cumprimento de CP e realização de perícia
0000222-88.2016.5.13.00-11	Aguardando determinação judicial
0000316-36.2016.5.13.00-11	Aguardando realização de perícia
0000861-09.2016.5.13.00-11	Aguardando cumprimento de CPI

**3.2 Solucionados na fase de conhecimento** (Fonte: e-Gestão)

Item	2014	2015	2016
Conciliados	456	490	482
Procedentes	14	20	40
Procedentes em parte	259	318	324
Improcedentes	114	173	228
Extintos	22	34	32
Arquivados	254	240	215
Homologação de desistência	25	25	27
Outras decisões	1	2	17
TOTAL	1.145	1.302	1.365

**3.2.1 Índice de solução x casos novos** (Fonte: e-Gestão)

Item	2014	2015	2016
Casos novos	1.274	1.290	1.391
Solucionados	1.145	1.302	1.365
Percentual	89,87%	100,93%	98,13%

**3.2.2 Índice de conciliados x solucionados** (Fonte: e-Gestão)

Item	2014	2015	2016
Solucionados	1.145	1.302	1.365
Conciliados	456	490	482
Percentual	39,82%	37,63%	35,31%

3.3 Produtividade dos magistrados – solucionados (Fonte: e-Gestão)

Magistrados	Sentenças no período 1º.07.2016 a 30.04.2017								Total
	Com exame do mérito					Sem exame do mérito			
	Conciliação	Procedente	Proc Parte	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência/outras decisões	
Carlos Hindenburg Figueiredo	183	11	194	95	-	74	12	34	603
Clóvis Rodrigues Barbosa	148	16	115	112	7	90	13	40	541
Luiz Antônio Magalhães	-	-	1	-	-	-	-	-	1

No período correccionado, o Juiz Titular laborou **235** dias, perfazendo uma média de produção correspondente a **2,57** processos/dia. O Juiz substituto Clóvis Rodrigues Barbosa, que atuou em caráter permanente durante o período correccionado na Unidade, laborou **226** dias, com média de produção de **2,39** processos/dia.

Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

**3.3.1 Incidentes julgados** (Fonte: e-Gestão)

Incidentes julgados 1º.07.2016 a 30.04.2017	Embargos de Declaração	Antecipação de Tutela	Impugnações à sentença de liquidação	Embargos à Execução	Embargos à arrematação	Exceção de pré- executividade	Total
Carlos Hindenburg de Figueiredo	32	39	6	9	1	-	87
Clóvis Rodrigues Barbosa	23	48	-	11	-	2	84
Luiz Antônio Magalhães	2	-	-	-	-	-	2
TOTAL	57	87	6	20	1	2	173

3.3.2 Produtividade do magistrado titular e substituto fixo – audiências realizadas (Fonte: e-Gestão)

CARLOS HINDEMBURG DE FIGUEIREDO			
DEMONSTRATIVO DE AUDIÊNCIAS (1º.07.2016 a 30.04.2017)			
Realizadas	Inicial	-	
	Instrução	68	
	Una	558	
	Total	626	
	Conciliação	Fase de conhecimento	48
		Fase de execução	10
Total de audiências realizadas		684	
CLÓVIS RODRIGUES BARBOSA			
DEMONSTRATIVO DE AUDIÊNCIAS (1º.07.2016 a 30.04.2017)			
Realizadas	Inicial	1	
	Instrução	105	
	Una	575	
	Total	681	
	Conciliação	Fase de conhecimento	17
		Fase de execução	39
Total de audiências realizadas		737	



3.4 Índice de congestionamento

3.4.1 Fase de conhecimento (Fonte: TRT13 em números)

Item	2014	2015	2016
Processos de conhecimento baixados	798	903	1288
Casos novos de conhecimento	1.273	1.285	1.384
Casos pendentes de conhecimento	1.654	1.393	1.252
Taxa de congestionamento	73%	66%	51%

3.4.2 Fase de execução (Fonte: TRT13 em números)

Item	2014	2015	2016
Processos de execução baixados	376	280	269
Casos novos de execução	451	251	430
Casos pendentes de execução	1.118	1.091	1.130
Taxa de congestionamento	76%	79%	83%

3.5 Incidentes Processuais (Fonte: e-Gestão)

Item		2014	2015	2016	2017 até 30.04
Embargos de declaração	Recebidos	31	133	74	26
	Baixados	68	162	98	25
	Pendentes	2	31	8	9
Antecipação de tutela	Recebidos	49	99	123	26
	Baixados	27	86	135	24
	Pendentes	18	32	6	6
Impugnação à sentença de liquidação	Recebidos	20	25	21	6
	Baixados	7	16	23	1
	Pendentes	13	24	19	24
Embargos à execução	Recebidos	52	60	40	7
	Baixados	53	59	38	3
	Pendentes	8	15	13	17
Embargos à arrematação	Recebidos	4	-	2	-



	Baixados	3	-	2	-
	Pendentes	2	2	1	1
Exceções de pré-executividade	Recebidos	3	2	10	2
	Baixados	2	4	8	-
	Pendentes	2	2	3	4
Embargos à adjudicação	Recebidos	-	-	-	-
	Baixados	-	-	-	-
	Pendentes	-	1	1	1

Ressalve-se, todavia, ter a Unidade correicionada informado que o número de incidentes pendentes foi significativamente reduzido no mês de maio/2017.

3.6 Recursos interpostos (Fonte Hórus)

PERÍODO: até 30.04.2017					
Item	Novos	Recebidos	Não recebidos	Baixados	Pendentes
Recurso ordinário	20	21	-	-	45
Recurso adesivo	-	-	-	-	2
Agravo de petição	-	-	-	-	10
Total	20	21	-	-	57

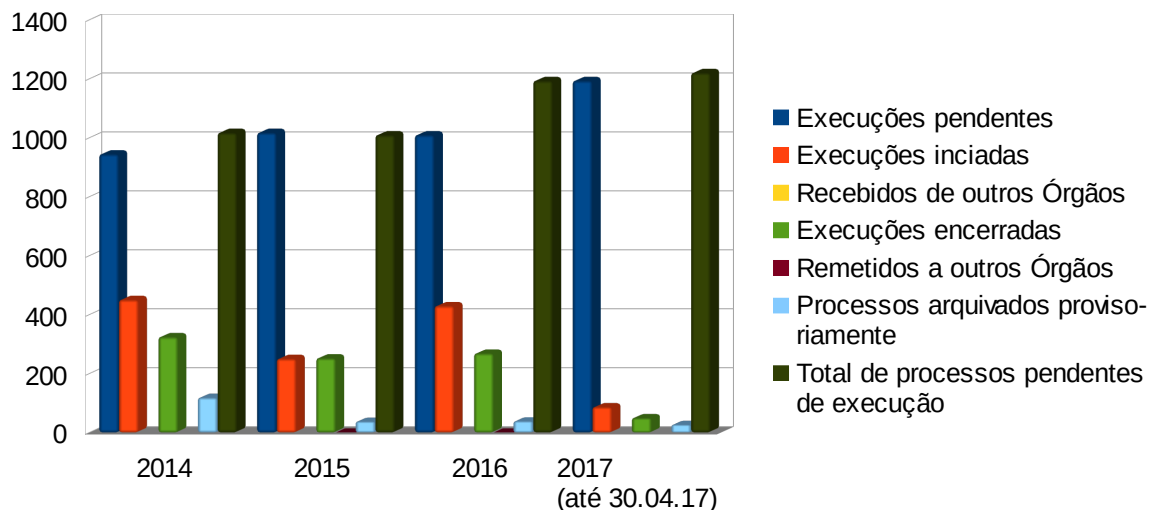
Observa a Corregedoria que a Unidade exerce regular e explícito pronunciamento acerca da admissibilidade dos recursos interpostos, em total observância ao Ato TRT SCR nº 018/2016, art. 3º, XVII.

3.7 Fase de execução (Fonte: e-Gestão)

Item	2014	2015	2016	2017 (até 30.04.17)
Execuções pendentes	945	1.018	1.010	1.194
Execuções iniciadas	451	251	430	87
Recebidos de outros Órgãos	-	-	-	-
Execuções encerradas	325	253	269	50
Remetidos a outros Órgãos	-	1	1	-
Processos arquivados provisoriamente	119	38	39	27



Total de processos pendentes de execução	1.018	1.010	1.194	1.221
---	--------------	--------------	--------------	--------------



O total de processos que tramitava na execução até 30.04.2017 – 1.221 processos - era superior ao verificado na correição anterior -1.129 processos -, havendo um acréscimo na ordem de **8,14%**.

3.8 Cartas precatórias (Fonte: e-Gestão)

Item	2014	2015	2016	2017 até 30.04.17
Recebidas	97	144	115	19
Devolvidas	124	130	119	14
Pendentes de devolução	15	36	33	38

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

Item	2014	2015	2016
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência – rito sumaríssimo	38,01	59,07	57,47
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	46,09	67,35	73,79



– exceto rito sumaríssimo			
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução - rito sumaríssimo	25,79	32,57	29,3
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução - exceto rito sumaríssimo	35,88	69,73	61,76
Do ajuizamento até o encerramento da instrução - rito sumaríssimo	64,77	97,52	89,8
Do ajuizamento até o encerramento da instrução - exceto rito sumaríssimo	81,71	142,45	135,27
Da conclusão até a prolação de sentença - rito sumaríssimo	12,33	31,46	22,59
Da conclusão até a prolação de sentença - exceto rito sumaríssimo	15,28	32,17	28,61
Do ajuizamento até a prolação da sentença - rito sumaríssimo	65,54	98,74	91,03
Do ajuizamento até a prolação da sentença - exceto rito sumaríssimo	94,35	140,98	141,65

4.2 Duração do processo na fase de conhecimento -TMDP1c (Fonte:Hórus)

Em consideração aos indicadores estabelecidos no Planejamento Estratégico do Tribunal (2015-2020) mais especificamente em relação ao “Indicador 03” que mede o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento (TMDP1c - do ajuizamento da ação até a prolação da sentença), temos os seguintes números para o ano-base **2016**: **91** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **142** dias para o rito ordinário, apresentando um total de **126** dias para os dois ritos.

O prazo praticado pela Unidade no exercício de 2016 se apresenta acima da média atual das demais Unidades de 1ª instância da 13ª Região (**99** dias), como também verificado no ano de **2015**, que foi de **99** dias para o rito sumaríssimo e de **142** dias para os processos submetidos ao rito ordinário, perfazendo uma média de **126** dias para os dois ritos.

**4.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO** (Fonte: e-Gestão)

Prazo médio	2014	2015	2016
Do início até o encerramento da liquidação – rito sumaríssimo	13	71,5	166,54
Do início até o encerramento da liquidação – exceto rito sumaríssimo	102,78	83,48	143,25

4.4 FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: e-Gestão)

Prazo médio	2014	2015	2016
Do início até o encerramento da execução – ente privado	346,48	606,96	396,21
Do início ao encerramento da execução – ente público	648,78	1.069,25	936,32

Quanto ao tempo médio de duração do processo na fase de execução (TMDP1e - do início da fase até o encerramento da execução), em **2016**, temos: **423** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **469** dias para aqueles do rito ordinário, apresentando um total para os dois ritos de **451** dias.

No exercício de **2015**, o tempo médio foi de **685** dias para o rito sumaríssimo e **644** dias para os processos do rito ordinário, o que totalizou **657** dias para os dois ritos.

5 PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: e-Gestão)

VALORES PAGOS (R\$)					
Item	Sistema	2014	2015	2016	2017 até 30.04.17
Acordo	SUAP (legado)	1.542.071,18	590.484,59	-	-
	PJe	1.780.075,57	2.155.740,78	3.838.453,90	928.710,44
Espontâneo	SUAP (legado)	350.732,92	89.200,14	102.310,77	-
	PJe	5.253,39	43.585,18	74.547,09	463.154,04
Execução	SUAP (legado)	1.726.867,90	1.030.019,56	163.891,55	20.089,38



	PJe	31.256,36	124.184,00	622.485,66	143.065
TOTAL		5.436.257,32	4.033.214,25	4.801.688,97	1.555.018,57

ARRECADAÇÕES (R\$)					
Item	Sistema	2014	2015	2016	2017 até 30.04.17
Custas processuais	SUAP (legado)	55.852,09	29.364,94	12.149,99	916,00
	PJe	14.554,13	16.985,06	39.498,43	4.446,22
Contribuição previdenciária	SUAP (legado)	605.559,65	265.145,18	94.648,86	5.830,60
	PJe	35.340,94	144.722,24	339.981,53	113.249,69
Imposto de renda	SUAP (legado)	8.873,22	2.138,34	-	-
	PJe	909,10	10.292,78	414,03	43.723,85
TOTAL		721.08913	468.648,54	486.692,84	168.166,36
Custas processuais dispensadas	SUAP (legado)	41.745,72	3.142,28	11.721,58	64,29
	PJe	89.770,72	317.848,01	513.063,16	240.872,54
TOTAL		131.516,44	320.990,29	524.784,74	240.936,83

6 DILIGÊNCIAS - NÚMERO E PRAZO PARA CUMPRIMENTO

Verificou o Desembargador Corregedor que, no período correccionado, foram realizadas **1.287** diligências - **150** no SUAP e **1.137** no sistema PJe - por **02** oficiais de justiça avaliadores federais lotados na Unidade. Em termos de média simples, tem-se registrada uma média mensal de **128,7** diligências, distribuídas nos **10** meses objeto da correição atual.

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, um oficial cumpre as diligências dentro dos limites da cidade de Patos e o outro, nas demais cidades da jurisdição.

Informou, ainda, que os oficiais de justiça alimentam a produtividade no SUAP. Por fim, registra que, quando as diligências são positivas, estas alimentam automaticamente a produtividade.



No período correicionado anterior, em **09 meses (1º de outubro de 2015 a 30 de junho de 2016)**, foram realizadas **1.302** diligências, o que resultou em uma média de **144,66** diligências por mês.

A produtividade dos oficiais de justiça, nos limites estabelecidos pela Recomendação TRT SCR nº 008/2013, apresenta-se assim demonstrada, no período correicionado, no SUAP e SAOPJe:

QUADRO DEMONSTRATIVO DE DILIGÊNCIAS NO SUAP				
OFICIAL DE JUSTIÇA	PESO	DILIGÊNCIAS REALIZADAS	TOTAL (PESO)	PRAZO MÉDIO PARA CUMPRIMENTO (EM DIAS)
Fábio de Albuquerque Cavalcanti	0	63	0	16,06
	20	53	1.060	13,08
	30	13	390	136,79
	40	3	120	63,81
	Total	132	1.570	-

Guttemberg Pereira de Farias	0	6	0	15,13
	20	7	140	23,61
	30	4	120	18,59
	40	1	40	9,21
	Total	18	300	-

QUADRO DEMONSTRATIVO DE DILIGÊNCIAS NO SAOPJE		
OFICIAL DE JUSTIÇA	DILIGÊNCIA	REALIZADAS
Fábio de Albuquerque Cavalcanti	Mandado	81
	Notificação	573
	Ofício	221
	TOTAL	875

Guttemberg Pereira de Farias	Mandado	50
	Notificação	212
	TOTAL	262



7 DE MAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO (ATO TRT SCR Nº 18 E ART. 24 DA CONSOLIDAÇÃO DOS PROVIMENTOS DA CGJT)

7.1 Exaurimento das iniciativas do juiz para tornar exitosa a execução

Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD	SUAP	104
	PJe	280
	TOTAL	384
RENAJUD	SUAP	87
	Pje	18
	TOTAL	105
INFOJUD	SUAP	40
	Pje	7
	TOTAL	47
BNDT	Processos com registro de dados	294
	Processos com inclusão de devedor	273
	Processos com exclusão de devedor	61
	Processos com devedores inscritos	840
	TOTAL	1.468

Fonte: SUAP, Pje-JT, e-Gestão

Verificou-se, ainda, a utilização do Sistema SERASA JUD pelo Juízo.

No particular, registra-se a indispensável necessidade de impulsionamento do processo para o fluxo “aguardando cumprimento de providências”, com lançamento da movimentação relativa a cada um dos sistemas utilizados.



8 DOS PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

8.1 Processos analisados

Foram analisados **130** processos por amostragem, dos quais **30** tramitam no sistema SUAP e **100** no PJe, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 018/2016, havendo a prolação de **68** despachos correicionais em processos do PJe e **21** do SUAP.

Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos, com comunicação à Secretaria da Corregedoria.

8.2 Gestão dos Sistemas Pje e SUAP

No SUAP, a Unidade se encontra com 29 processos com prazos vencidos há mais de 60 dias, pelo que determina o Desembargador Corregedor o imediato impulsionamento dos feitos.

O cenário da Unidade no Pje assim se apresenta:

1 Petições pendentes nos agrupadores:

Agrupador	Quantidade processos	Data mais antiga pendente
Processos com pedido de sigilo nos documentos não apreciado	42	14.05.2014
Processos com Petições Avulsas	8	05.06.2017
Processos com Habilitações nos Autos Não Lidas	18	15.05.2015
Processos com petições não apreciadas	75	30.05.2017

2 Processos em caixas de caráter transitório, “triagem inicial”, “análise de conhecimento”, “análise de liquidação” e “análise de execução”, verificou-se:

Fluxo	Qtdade processos	Processo mais antigo no fluxo
Triagem inicial	54 processos	RTSum 0000513-54.2017.5.13.0011 desde 07.05.2017
Análise conhecimento	147 processos	RTOrd 0130952-27.2015.5.13.0011 desde 19.10.2016
Análise liquidação	38 processos	RTOrd 0131365-74.2014.5.13.0011 desde 27.06.2016
Análise execução	309 processos	RTSum 0131025-33.2014.5.13.0011 desde 11.04.2017



Iniciar liquidação	18 processos	RTOrd 0001095-88.2016.5.13.0011 desde 10.03.2017
Iniciar execução	13 processos	RTOrd 0000371-84.2016.5.13.0011 desde 03.03.2017

No particular, é de se registrar que a Unidade não vem dando a devida atenção às recomendações correicionais, uma vez que nas Atas das correições anteriores (2015 e 2016), **já houve recomendação no seguinte sentido:** “ao Diretor de Secretaria da Vara que:[...] monitore, no sistema PJe-JT, as tarefas “Análise de conhecimento” e “Análise de execução”, objetivando mantê-las sem processos e subpastas, em razão da sua natureza transitória, dando prosseguimento de imediato ao feito;”.

Como a Unidade deve observar as recomendações correicionais, essa situação de desatenção necessita ser também monitorada pelo Juiz Titular da Unidade para que se dê o efetivo cumprimento.

3 Processos na tarefa “aguarda audiência”:

_0000430-72.2016.5.13.0011	pendente de conclusão para julgamento	29.08.2016
0000740-78.2016.5.13.0011	pendente de conclusão para julgamento	25.08.2016
0000428-05.2016.5.13.00011	pendente de conclusão para julgamento	29.08.2016
0131077-92.2015.5.13.0011	pendente de conclusão para julgamento	04.04.2017
0131131-92.2014.5.13.0011	pendente de conclusão para julgamento	21.03.2017
0000266-10.2016.5.13.0011	pendente de conclusão para julgamento	30.05.2017
0000120-32.2017.5.13.0011	pendente de conclusão para julgamento	25.04.2017
0001157-31.2016.5.13.0011	pendente de conclusão para julgamento	30.05.2017
0000781-45.2016.5.13.0011	pendente de conclusão para julgamento	08.05.2017
0131078-77.2015.5.13.0011	pendente de conclusão para julgamento	30.05.2017
0131076-10.2015.5.13.0011	pendente de conclusão para julgamento	30.05.2017
0131075-25.2015.5.13.0011	pendente de conclusão para julgamento	30.05.2017
0000277-05.2017.5.13.0011	arquivamento art. 844 da CLT	30.05.2017
0000278-87.2017.5.13.0011	arquivamento art. 844 da CLT	30.05.2017
0000279-72.2017.5.13.0011	arquivamento art. 844 da CLT	30.05.2017
0000776-23.2016.5.13.0011	arquivamento, art. 844 da CLT	14.09.2016
0000930-41.2016.5.13.0011	arquivamento, art. 844 da CLT	14.09.2016
0001152-09.2016.5.13.0011	pendente de intimação de perito e petição	05.12.2016



	a ser apreciada desde 12.12.2016	
0000334-57.2016.5.13.0011	extinto sem resolução do mérito	18.06.2016
0000372-35.2017.5.13.0011	extinto sem resolução do mérito	30.05.2017
0130704-61.2015.5.13.0011	pendente de conclusão para julgamento	26.10.2016
0000102-11.2017.5.13.0011	acordo homologado e com petição desde 04.05.2017	29.03.2017
0000397-48.2017.5.13.0011	CPI a ser devolvida	24.05.2017
0000335-08.2017.5.13.0011	acordo homologado	11.05.2017
0000415-69.2017.5.13.0011	acordo homologado	31.05.2017
0000419-09.2017.5.13.0011	acordo homologado	31.05.2017
0000408-77.2017.5.13.0011	processo sentenciado sem intimação das partes	30.05.2017
0000418-24.2017.5.13.0011	audiência agendada para 27.06.2017 não pautada	
0000273-65.2017.5.13.0011	audiência agendada para 31.07.2017 não pautada	30.05.2017
0000274-50.2017.5.13.0011	audiência agendada para 31.07.2017 não pautada	30.05.2017
0000280-57.2017.5.13.0011	audiência agendada para 31.07.2017 não pautada	30.05.2017
0001444-91.2016.5.13.0011	audiência agendada para 25.05.2017, para encerramento da instrução, não pautada	05.05.2017
0000988-44.2016.5.13.0011	audiência agendada para 18.07.2017 não pautada	23.05.2017

Também há de se registrar a existência de 258 processos na caixa “aguardando pagamento de acordo”, dentre os quais se identifica, por amostragem, algumas irregularidades:

0000281-42.2017.5.13.0011	Acordo homologado de 03.04.17 sem lançamento de valores
0001006-65.2016.5.13.0011	Ata de audiência pendente de assinatura id cdc69c6
0000004-26.2017.5.13.0011	Acordo homologado de 05.04.17 sem qualquer lançamento de valores



Curioso também se destacar a criação de subcaixas em fluxos de caráter transitório, a exemplo da rotina “análise de conhecimento”, onde foram identificadas as seguintes subcaixas:

CAIXA	Subcaixas
Análise de conhecimento	aguardando pagamento do perito
	execução
	liquidação
	pagamento
	sala de audiências
	triagem

Diante de todos esses fatos, concluiu o Desembargador Corregedor que a Unidade necessita de apoio para saneamento dos inúmeros problemas de gerenciamento dos fluxos, rotinas e tarefas do PJe.

Assim, decide destinar uma equipe de 04 servidores da Secretaria da Corregedoria, sob a coordenação da Secretária da Corregedoria, para no período de 17 a 21 de julho, prestar orientação e apoio aos servidores da Vara do Trabalho de Patos no que se refere à gestão do Sistema Pje. Na oportunidade, serão realizadas reuniões com os servidores, agrupados de acordo com a fase processual em que atuam, para orientações quanto à otimização dos respectivos fluxos de trabalho.

9 METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2016 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no exercício anterior –	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	103%
Unidade Correicionada	94%

**Meta 1/2017 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente –**

IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	103%
Unidade Correicionada	91%

Para efeito de controle da **Meta 1/2017** foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **476** casos novos (por distribuição) e **433** julgamentos (primeiro julgamento), atingindo o percentual de **91%**.

Meta 2/17 - Identificar e julgar, até 31/12, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 2015

IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	94%
Percentual de julgamento da Vara correicionada calculado sobre 90% dos processos distribuídos e não solucionados até 31.12.2015	86%

Meta 3 - Aumentar o índice de conciliação, na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2014/2015 em dois pontos percentuais

IPC – Índice de processos conciliados	
Unidades de primeiro grau do TRT	95%
Unidade Correicionada	78%

Meta 5/2016 - Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	88%
Unidade Correicionada	62%



Meta 5/2017 - Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	57%
Unidade Correicionada	75%

10 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 – MAPA DE CONTRIBUIÇÃO DA UNIDADE

Registra o Desembargador Corregedor que, segundo informações procedentes da Assessoria de Gestão Estratégica deste Regional, a Vara do Trabalho de Patos vem buscando contribuir para o alcance das metas do Planejamento Estratégico institucional, levando a efeito as iniciativas propostas no seu Mapa de Contribuição, construído em maio/2015.

11 RECOMENDAÇÕES

De conformidade com o caráter preventivo e pedagógico que tem pautado os trabalhos correicionais, o Desembargador Corregedor recomenda:

Aos Juízes:

1 Recomendações gerais:

- a) continuem a determinar, permanentemente, **por decisão**, a ordem de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso, de acordo com o estabelecido no §1º-A do art. 1º e art. 2º da Resolução Administrativa TST nº 1470/2011;
- b) adotem a prática de determinar por decisão, do tipo “Determinado o bloqueio ou a penhora *on line*”, quando da necessidade de utilização dos sistemas on-line, conforme já registrado em item 7.1;
- c) intensifiquem a prática de realização de inspeção periódica em número razoável de processos em tramitação na Vara, conforme determina o artigo 33 do Provimento Consolidado do nosso Regional;



- d) continuem a adotar, salvo entendimento em contrário, o procedimento de instauração do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, na forma disciplinada pela Instrução Normativa nº 39/2016 do TST, art. 6º;
- e) continuem a ordenar a pronta liberação de valores de depósito recursal em favor do reclamante, a pedido ou de ofício, imediatamente após o trânsito em julgado da reclamação trabalhista, conforme disciplina o art. 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Ato SCR nº 018/2016, art. 18, XVIII, do nosso Regional;
- f) continuem a observar o disciplinamento ditado pelo art. 86 da Consolidação dos Provimentos da CGJT, no que se refere à declaração, por sentença, da extinção da execução;
- g) incrementem o uso dos sistemas eletrônicos (item 6.1), de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase execução, bem assim o aumento do índice da Meta 5/2017 do CNJ.
- h) abstenham-se de determinar o arquivamento provisório mediante “decisão de sobrestamento por execução frustrada”, uma vez que, adotado esse procedimento, o fluxo do PJe não permitirá, via normal, o arquivamento provisório do feito, o que impacta no cumprimento da Meta 05 do CNJ
- i) observem as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013, no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico **sentencas.dsst@mte.gov.br** do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico **insalubridade@tst.jus.br**, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;

2 Recomendações específicas:

- a) observem, com rigor, as recomendações constantes da Ata de Correição, para fins de aprimoramento do desempenho da Unidade, bem assim dos dados estatísticos;
- b) melhor se debrucem, quando do exercício do juízo de admissibilidade, sobre a interposição de recursos em duplicidade, evitando o ocorrido no Processo 0000007-15.2016.5.13.0011;



- b) adotem a praxe de fazer constar dos termos de conciliação, conforme o caso, o valor do débito previdenciário, evitando o ocorrido no Processo 0001046-47.2016.5.13.0011;
- c) abstenham-se de despachar nos feitos justificando dificuldades na elaboração de cálculos, como ocorrido no processo 0131299-60.2015.5.13.0011 onde foi lançado o seguinte despacho: “Considerando as recentes dificuldades relatadas a mim pela servidora responsável pela confecção da planilha de cálculos e também a necessidade de redação de nova sentença, em razão de perda de dados quando já se encontrava quase finalizada a redação anteriormente feita, segue a sentença sem a planilha de cálculo.”

Ao Diretor de Secretaria

1 Recomendações gerais:

- a) continue a acompanhar dos relatórios fornecidos pelo e-Gestão no site do TST e, também, pelo sistema Hórus, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade e corrigi-las;
- b) **observe, com rigor, as recomendações da Ata de Correição**, de forma a evitar que se dê continuidade a procedimentos rechaçados pela Corregedoria Regional, como o ocorrido com recomendação constante de Atas anteriores, que orientava pelo monitoramento, no sistema PJe, dos agrupadores e das tarefas “Triagem inicial”, “Análise de conhecimento” e “Análise de execução” para mantê-las sem processos; c) motive a equipe a executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, de forma a evitar que os feitos permaneçam indevidamente paralisados, como vem ocorrendo em inúmeros processos, a exemplo de:

0131161-93.2015.5.13.0011	despacho de 29.11.2016	cumprimento em 25.05.2017
0130042-34.2014.5.13.0011	decisão de 02.05.2017	inclusão no BNDT em 31.05.2017
0131284-91.2015.5.13.0011	despacho de 12.11.2016	cumprimento em 13.05.2017
0131256-26.2015.5.13.0011	despacho de 1º.12.2016	cumprimento em 13.05.2017
0130255-40.2014.5.13.0011	petição de 16.12.2016	ofício à CEF em 30.05.2017



	informando conta para devolução de numerário (bloqueio BACEN em duplicidade)	
--	--	--

2 Recomendações específicas:

- a) proceda, nos termos do art. 42-A do Provimento consolidado, à **conclusão dos autos para julgamento no prazo de 24 horas**, tão logo encerrada a instrução ou apresentadas as razões finais em momento posterior, conforme o caso, de forma a evitar o ocorrido 0000430-72.2016.5.13.0011, 0000740-78.2016.5.13.0011, 0000428-05.2016.5.13.00011 que tiveram a instrução encerrada em 30.08.2016 e ainda pendem de conclusão ao juiz para julgamento.
- b) implemente rotina de trabalho para que, nos processos do PJe, quando da protocolização dos incidentes processuais, seja observado o tipo de documento indicado pela parte, para proceder à alteração, se for o caso, de forma a evitar o ocorrido no Processo 0130256-25.2014.5.13.0011, no qual os embargos de declaração deixaram de ser contabilizados estatisticamente quando julgados porque indicados como “petição outras” (id c053af7);
- c) oriente a equipe a impulsionar, de forma imediata, os feitos à fase processual seguinte, tão logo ocorrido o trânsito em julgado da decisão, de forma a evitar o ocorrido no processo 0000370-65.2017.5.13.0011, cujo trânsito em julgado se deu em 20.04.2017 e o feito permanece paralisado na fase de conhecimento.
- d) melhor fiscalize o impulsionamento dos feitos ao arquivo definitivo, de forma a evitar o ocorrido nos processos 0000776-23.2016.5.13.0011 e 0000930-41.2016.5.13.0011, que, embora arquivados (art. 844 da CLT), continuam em caixa “aguardando audiência”.
- e) lance nos autos a certidão de trânsito em julgado tão logo escoado o prazo recursal sem manifestação das partes, evitando o ocorrido no processo 0000595-22.2016.5.13.0011, cujo trânsito em julgado se operou em 30.08.2016 e a certificação só ocorreu em 15.09.2016.



- f) oriente a equipe a melhor observar o lançamento dos movimentos processuais quando dos despachos e decisões, evitando-se o ocorrido no processo 0000605.66.2016.5.13.0011, no qual a decisão para utilização dos sistemas *on line* foi lançada como “Indeferida a habilitação”.
- g) acompanhe, rotineiramente, o lançamento nos sistemas SUAP E PJe dos valores pagos, custas e emolumentos;
- h) certifique a Secretaria da Vara a composição societária nos autos, quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, evitando o ocorrido no Processo 0130825-26.2014.5.13.0011;
- i) oriente a equipe, quando lançada decisão para utilização dos sistemas *on line*, a impulsionar os processos para o fluxo “Cumprimento de providências”, evitando o ocorrido no Processo 0130042-34.2014.5.13.0011, de forma que se possa aferir a efetiva utilização desses sistemas na movimentação processual;
- j) adote a prática de descartar o lixo eletrônico, ou seja, os alertas já ultrapassados;
- l) controle, diariamente, o recebimento de correspondências eletrônicas, seja por e-mail ou malote digital;
- m) elabore plano de trabalho para fins de atualização das pendências do setor de liquidação e consequente redução do prazo na referida fase processual;

Aos servidores da Vara:

1 Recomendações gerais:

- a) realizem a triagem dos processos, verificando a conformidade dos dados e assuntos indicados pelo advogado no sistema PJe com aqueles constantes da petição inicial, retificando-os, se for o caso, nos termos do §§ 3º e 5º do art. 19 da Resolução CSJT nº 185/2017;
- b) observem, logo após o lançamento de decisão para inclusão do executado no BNDT, o fluxo processual seguinte: “Registrar no BNDT – Exec”.

2 Recomendações específicas:

- a) impulsionem os feitos conciliados em audiência ao fluxo processual seguinte “análise de conhecimento – cumprimento de acordo ou pagamento”, de forma a



evitar o ocorrido no Processo 0000335-08.2017.5.13.001, que teve o acordo homologado em 11.05.2017 e permanece na tarefa “aguardando audiência”;

b) procedam ao lançamento de todos os pagamentos efetuados a título de: crédito do reclamante, contribuições previdenciárias, imposto de renda e custas processuais, no SUAP e Pje, evitando o ocorrido no Processo 0001308-94.2016.5.13.0011, em que apenas foi lançada a primeira parcela do acordo;

c) sejam mais diligentes quanto às determinações constantes nas atas de audiência, de forma a evitar o ocorrido no Processo 0000273-65.2017.5.13.0011 que está com nova audiência agendada para 31.07.2017 e ainda não foi incluído em pauta até a presente data.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Desembargador Vice-Presidente e Corregedor destaca que a Vara de Patos, não obstante tenha apresentado aumento no quantitativo de processos tramitando na execução, de **1.129** na correição anterior, para **1.221** no atual período, vem reduzindo significativamente o tempo médio de duração do processo, especificamente do início da fase até o encerramento da execução, de **657** dias, no ano de 2015, para **451** dias no exercício de 2016, havendo uma redução de **31,35%** motivo pelo qual parabeniza a Unidade e recomenda que seja dado continuidade ao proceder, a fim de assegurar, no final deste exercício, o cumprimento da Meta 5 do CNJ (75%).

Chama atenção para o tempo de duração do processo na fase de conhecimento, por ter a Unidade registrado um aumento considerável do tempo médio do ajuizamento à prolação da sentença, nos exercícios de 2015 e 2016 (**126** dias), encontrando-se acima da média atual das Unidades de 1ª instância (**99** dias).

O Corregedor também verificou que a Vara correicionada não atingiu a Meta 1 do CNJ relativa ao exercício de 2016 (**94%**), o que também não vem ocorrendo no atual exercício (**91%**), motivo pelo qual solicita aos integrantes da Unidade a canalizarem esforços para que se atinja uma melhoria no índice de processos solucionados até o final deste exercício.



No período correccionado, o índice de conciliação alcançado **(28,90%)** se encontra em patamar inferior àqueles das outras Unidades de Primeiro Grau do Regional, que oscilam entre 30 e 35%.

Por fim, e considerando o exposto no item 8, entende o Desembargador Corregedor que a Unidade necessita de apoio para saneamento dos inúmeros problemas de gerenciamento dos fluxos, rotinas e tarefas do Pje, pelo que destinará uma equipe de 04 servidores da Secretaria da Corregedoria, sob a coordenação da Secretária da Corregedoria, para no período de 17 a 21 de julho, prestar orientação e apoio aos servidores da Vara do Trabalho de Patos no que se refere à gestão do Sistema Pje. Na oportunidade, serão realizadas reuniões com os servidores, agrupados de acordo com a fase processual em que atuam, para orientações quanto à otimização dos respectivos fluxos de trabalho.

13 VISITA CORRECIONAL

O Desembargador-Corregedor visitou a Vara do Trabalho de Patos, oportunidade em que se reuniu com os Magistrados, Titular e Substituto, Diretor de secretaria e servidores, orientando-os quanto às melhores práticas e dispondo-se a colher críticas e sugestões para a melhoria dos serviços, notadamente o da prestação jurisdicional.

14 AGRADECIMENTOS

O Excelentíssimo Desembargador Corregedor agradece ao Juiz Titular Carlos Hindenburg de Figueiredo, ao Juiz Substituto Permanente, Fernando Luiz Duarte Barboza, ao Diretor de Secretaria, Severino dos Ramos da Silva Nery, e aos servidores: Amaury Soares de Lacerda, Ana Christina Carneiro Cavalcanti, Célia Maria Medeiros da Nóbrega, Diana Maria Soares Machado, Elza Betânia Barbosa Lira, Fábio de Albuquerque Cavalcanti, Fernanda Medeiros Wanderley, Guttemberg Pereira de Farias, Iaci Dantas da Nóbrega, Ivaldete Félix Alencar, João Paulo Filho,



José Arlan Parente de Assis, José Peregrino Montenegro Pires Sobrinho, Maria da Conceição Henrique de Oliveira, Marlene Leandro Soares, Orácio Rufino da Silva, Sebastião Félix de Oliveira Sobrinho e Zuleide Pereira de Medeiros, pelo tratamento cordial dispensado à equipe de correição.

15 ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos, nesta data, e eu, Isêlma Maria de Souza Rodrigues, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que deixa assinado o prazo de 08 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações.

A presente Ata será afixada no átrio desta Unidade Judiciária por igual prazo, publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

Patos, 07 de junho de 2017.

WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO

Desembargador Corregedor